



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO  
JEQUITINHONHA E MUCURI**

***DIVISÃO DE LICITAÇÕES*  
Campus JK, BR 367, nº 5000  
Diamantina - Minas Gerais - 39100-000  
(38) 3532 1260**



A empresa interessada na participação na Concorrência 011/2013, deverá preencher as informações solicitadas neste formulário, e remetê-lo para a UFVJM via e-mail [licita@ufvjm.edu.br](mailto:licita@ufvjm.edu.br) ou fax (38) 3532 1258.

**Ficam os licitantes obrigados a consultarem, periodicamente, o sítio da UFVJM, para conhecimento de eventuais alterações ou esclarecimentos referentes ao Edital.**

#### **TERMO DE RETIRADA DO EDITAL - CONCORRÊNCIA 011/2013**

EMPRESA: \_\_\_\_\_

ENDEREÇO: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

CNPJ DA EMPRESA \_\_\_\_\_

RESPONSÁVEL PELA EMPRESA \_\_\_\_\_

TELEFONE: \_\_\_\_\_ FAX \_\_\_\_\_

E-MAIL: \_\_\_\_\_

Diamantina, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2013.

Assinatura do representante da empresa



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURÍ  
DIAMANTINA – MINAS GERAIS

**CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 011/2013**

(Regida pela Lei 8.666/93 e demais alterações a ela incorporadas, Lei Complementar 123/2006 e Decreto 6.204/2007 e as condições estipuladas neste Edital )

Setor: Comissão Permanente de Licitação/UFVJM  
Tipo: Maior Oferta

**OBJETO:** Concessão do uso de dependência, perfazendo uma área de 40,00m<sup>2</sup>, mediante o pagamento de aluguel, para exploração de serviços de cópias xerográficas e comércio de itens de papelaria, mediante o pagamento de taxa de utilização, situada no Campus Avançado do Mucuri, da UFVJM, em Teófilo Otoni (MG) observados os termos e condições constantes do Projeto Básico (Anexo I) e outros documentos anexos a este Edital:

**LOCAL:**

UFVJM – Campus Avançado do Mucuri  
Rua do Cruzeiro, 001 Bairro Jardim São Paulo  
Teófilo Otoni – Minas Gerais  
39801-000 - (33) 3533 6037

**ANEXOS:**

Anexo I – Projeto Básico  
Anexo II – Carta de Apresentação da Proposta  
Anexo III – Modelo Planilha Preços e Descrição de Produtos  
Anexo IV – Minuta do Contrato  
Anexo V – Modelo de Declarações  
Anexo VI - Modelo de Declaração de Elaboração Independente de Proposta

**RETIRADA DE EDITAL:**

Site: [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br) e [www.ufvjm.edu.br](http://www.ufvjm.edu.br)

**Ficam os licitantes obrigados a consultarem, periodicamente, o sítio da UFVJM, para conhecimento de eventuais alterações ou esclarecimentos referentes ao Edital.**

**VISITA TÉCNICA:**

UFVJM – Campus Avançado do Mucuri  
Local: Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri - Campus Avançado do Mucuri

Rua do Cruzeiro, 001 Bairro Jardim São Paulo - Teófilo Otoni – Minas Gerais - 39801-000  
Agendamentos pelo telefone: (33) 3522 6037 ou (33) 3522 4873 - José Gilson

### **RECEBIMENTO DOS ENVELOPES (DEVERÃO SER ENTREGUES 02 ENVELOPES LACRADOS)**

Data: até 05/07/2013 até 17:00 horas  
Rua do Cruzeiro, 001 Bairro Jardim São Paulo  
Teófilo Otoni – Minas Gerais  
39801-000 - (33) 3533 6037  
A/C Comissão de Licitação

### **ABERTURA DOS ENVELOPES DA DOCUMENTAÇÃO - ENVELOPE 01**

Habilitação: 10/07/2013 às 09 horas  
Local: Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri - Campus Avançado do Mucuri  
Rua do Cruzeiro, 001 Bairro Jardim São Paulo  
Teófilo Otoni – Minas Gerais  
39801-000 - (33) 3533 6037  
A/C Comissão de Licitação

Nenhum outro envelope será recebido após iniciada a sessão de habilitação. A Comissão de Licitação não se responsabiliza, em hipótese alguma:

- a) por envelopes enviados, por via postal, e que não estejam em poder da Comissão até a data e horário acima estipulado.
- b) por envelopes entregues em outro local, que não o acima estipulado, e que não estejam em poder da Comissão até a data e horário acima estipulado.

Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização da sessão na data marcada, fica a mesma automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

### **ABERTURA DOS ENVELOPES DE PROPOSTA - ENVELOPE 02**

Data: 19/07/2013, às 09 horas ou após o julgamento dos recursos apresentados  
Local: Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – Campus JK  
BR 367, nº 5000  
Diamantina– Minas Gerais

## **1. OBJETO DA LICITAÇÃO**

1.1 Concessão do uso de dependência, perfazendo uma área de 40,00m<sup>2</sup>, mediante o pagamento de aluguel, para exploração de serviços de cópias xerográficas e comércio de itens de papelaria, situada no Campus Avançado do Mucuri, da UFVJM, em Teófilo Otoni (MG), observados os termos e condições constantes do Projeto Básico e outros anexos a este Edital, na seguinte forma:

### **Exploração de cópias xerográficas, encadernação e plastificação de documentos e comércio de itens de papelaria:**

- a) A proposta do licitante não poderá ser inferior a **R\$ 500,00 (quinhentos reais)** a título de aluguel mensal da estrutura física.
- b) Nos meses de janeiro, fevereiro e julho, o contratado ficará isento do pagamento do aluguel, em virtude das férias acadêmicas.
- c) O fornecimento do serviço deverá ser efetuado em todos os dias úteis do ano, de Segunda a Sexta no horário de 8:00 às 21:30 horas.
- d) A critério da Administração da Universidade, o horário de atendimento poderá ser alterado a fim de atender a casos excepcionais.
- e) Não será permitida a comercialização de nenhum item de gênero alimentício.
- f) Não será permitida a venda de equipamentos e mobiliários ou fornecimentos de outros serviços sob pena de rescisão imediata e automática do contrato.
- g) Imediatamente após o início do contrato, a licitante vencedora deverá manter serviço de cópias reprográficas nos tamanhos A4 e A3, do tipo preto e branco e do tipo colorida, serviços de encadernação e plastificação e comércio de artigos básicos de papelaria e material escolar.
- h) É obrigatório que a qualidade dos serviços de cópias, encadernação e plastificação atenda às necessidades da comunidade da UFVJM.
- i) Os serviços prestados deverão ser compatíveis com os preços praticados pelo mercado. A verificação de preços abusivos poderá resultar na aplicação de penalidades e/ou rescisão do contrato.
- j) Deverá haver máquina-reserva para que o atendimento se dê de forma contínua, não ocorrendo à suspensão dos serviços.
- k) A empresa deverá instalar um medidor de consumo de energia no local, para medição do que for consumido de energia elétrica e deverá arcar com as despesas de energia elétrica, através de ressarcimento à UFVJM do total de consumo registrado no contador individual.
- l) A empresa deverá equipar o local com materiais e equipamentos necessários e adequados a atividade comercial.

1.2 É vedada a subcontratação, a associação da Contratada com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial do contrato, bem como a fusão, cisão ou incorporação da Contratada, não se responsabilizando a UFVJM por nenhum compromisso assumido pela aquela junto a terceiros.

1.3 Os serviços objeto desta licitação não poderão sofrer solução de continuidade durante todo o prazo da sua vigência, devendo ser executados por empregados da Contratada, sob a inteira responsabilidade funcional e operacional desta, mediante vínculo de subordinação dos trabalhadores para com a empresa Contratada, sobre os quais manterá estrita e exclusiva fiscalização.

1.4 Caberá ao licitante vencedor, arcar com as despesas de energia elétrica, através de ressarcimento à UFVJM do total de consumo registrado em contador, para isso o licitante vencedor deverá instalar um medidor de consumo de energia no local.

## **2. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAR DA LICITAÇÃO**

2.1 Somente poderão participar da presente licitação as empresas especializadas no ramo, de comprovada experiência e necessária qualificação no que se refere à habilitação jurídica, regularidade fiscal, qualificação econômico-financeira, qualificação técnica e cumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal.

**2.1.1 – Ficam os licitantes obrigados a apresentarem, no momento da abertura da sessão pública, Declaração de Elaboração Independente de Proposta, em cumprimento ao disposto na IN 02, de 16/09/2009 (Anexo V). Aos licitantes que não se fizerem representar nas sessões, o referido documento deverá fazer parte da documentação constante do envelope de documentação.**

2.2 Solicita-se que as empresas se façam representar legalmente na reunião de recebimento dos envelopes e abertura da documentação.

2.3 Serão considerados legalmente habilitados a representar as empresas licitantes seus:

2.3.1 Sócios-gerentes, salvo se for omissa o contrato social, caso em que todos os sócios poderão fazê-lo;

2.3.2 diretores;

2.3.3 procuradores, constituídos por meio de instrumento público ou particular, este com firma reconhecida em cartório, com poderes bastantes para a devida outorga.

2.4 Os documentos comprobatórios da representatividade legal deverão estar disponíveis para apresentação, sempre que solicitados, em quaisquer dos atos da licitação, acompanhados de documento de identidade com fé pública.

2.5 Os documentos de habilitação e propostas somente poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião de notas ou por membro da CPL/UFVJM.

2.5.1 Quando da necessidade de autenticação de cópias, por servidor da UFVJM, a apresentação dos documentos deverá ser feita com 24 horas de antecedência da data de recebimento dos envelopes.

2.5.2 Só serão efetuadas autenticações, por servidor da UFVJM, mediante a apresentação dos originais dos documentos.

2.5.3 Quando o licitante optar por autenticações, por servidor da UFVJM, as cópias deverão ser feitas na Divisão de Licitações, mediante o pagamento de taxa.

2.5.4 O local para autenticação é a Divisão de Licitações, o horário é de 13:00 às 16:00 horas.

2.5.5 Serão aceitas somente cópias legíveis.

2.5.2 Não serão aceitos documentos com rasuras, especialmente nas datas.

2.5.3 A CPL/UFVJM reserva-se o direito de solicitar o original de qualquer documento, sempre que tiver dúvida e julgar necessário.

2.5.4 As validades para os documentos apresentados serão aquelas constantes de cada documento ou estabelecidas em lei.

2.5.5 Nos casos omissos, a CPL/UFVJM considerará como prazo de validade aceitável o de 90 (noventa) dias, contados da data de sua emissão.

2.6 Estão impedidas de participar desta licitação, além das pessoas físicas, as empresas que se apresentem sob a forma de consórcio, com falência decretada ou em liquidação judicial ou extrajudicial, que tenham sido consideradas inidôneas por qualquer órgão da Administração Pública Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal ou que possuam, entre seus sócios, dirigentes ou servidor da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, nos termos do art. 9º da Lei 8.666/93.

2.7 Fica o licitante obrigado a informar, sob as penalidades cabíveis, a superveniência de fato impeditivo da habilitação, se este ocorrer após a abertura do certame.

2.8 A entrega da proposta implica nos seguintes compromissos por parte do licitante:

2.8.1 Estar ciente das condições da licitação, assumir a responsabilidade pela autenticidade de todos os documentos apresentados e fornecer quaisquer informações complementares solicitadas pela CPL/UFVJM;

2.8.2 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

### **3 CONDIÇÕES PARA HABILITAÇÃO NA LICITAÇÃO (ENVELOPE Nº 01)**

3.1 Para as empresas cadastradas no Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, serão observadas a **HABILITAÇÃO PARCIAL** e condições abaixo, mediante consulta on-line, na sessão de abertura do Envelope nº 01:

- a) Regularidade do Cadastramento do proponente inscrito no SICAF, possuindo todas as declarações válidas;
- b) Não estar impedida de licitar junto aos órgãos públicos;
- c) Apresentarem os seguintes índices:
  - i. Solvência Geral (SG) igual ou superior a 1,0
  - ii. Liquidez Geral (LG) igual ou superior a 1,0
  - iii. Liquidez Corrente (LC), igual ou superior a 1,0

### **3.2 DOCUMENTOS A SEREM APRESENTADOS DENTRO DO ENVELOPE Nº 01:**

#### **3.2.1. PARA TODAS AS LICITANTES (CADASTRADAS OU NÃO NO SICAF):**

1. Modelo Anexo V, VI devidamente preenchido e assinado pelo representante legal da licitante, declarando:
  - a) Inexistência de fato superveniente da habilitação, na forma do Parágrafo 2º, art. 32, da Lei 8.666/93;
  - b) O cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, em que declare, sob as penas da lei, que não emprega mão-de-obra que constitua violação ao disposto naquele preceito constitucional;
  - c) Que tomou conhecimento de todas as informações e das condições exigidas, inclusive de que visitou o local, em caráter de inspeção, e de que verificou o estado em que se

encontra, bem como das suas áreas externas, aceitando assumir a administração dos serviços a que se refere sua proposta, para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

- d) Declaração de elaboração independente de proposta
- 2. Certidão negativa de falência ou recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;
- 3. Certificado de Vistoria emitido pela Superintendência de Administração do Campus Avançado do Mucuri/ UFVJM, comprovando que a empresa efetuou vistoria dos locais de prestação dos serviços nas dependências da UFVJM:
  - a) Esta vistoria é considerada suficiente para que o licitante conheça todos os aspectos pertinentes aos serviços a serem prestados.
- 4. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;
- 5. As microempresas e empresas de pequeno porte, que pretenderem se beneficiar nesta licitação do regime diferenciado e favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, e no Decreto nº 6.204, de 2007, deverão apresentar declaração conforme Modelo Anexo VII e cumprir as exigências do item 3.2.2, subitem 3, letra “e”.

**4. Para os licitantes que não se fizerem representar nas sessões, a Declaração de Elaboração Independente de Proposta, em cumprimento ao disposto na IN 02, de 16/09/2009, deverá constar desse envelope. (Modelo Anexo VI)**

- 5. E ainda, para comprovação da Qualificação Técnica:
  - 5.1 Comprovante de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto dessa licitação, constituído da prestação de serviços de cópias xerográficas e exploração de comércio de artigos de papelaria e material escolar.
    - 5.1.1 Comprova esta aptidão a apresentação de pelo menos um atestado de prestação de serviços, emitido por pessoa jurídica tanto de direito público como privado, correspondente à execução das atividades referidas no item 5.1; e
  - 5.2. Relação da equipe técnica que ficará diretamente envolvida com a execução dos serviços propostos.

**3.2.2 AS LICITANTES NÃO CADASTRADAS NO SICAF. DEVERÃO, OBRIGATORIAMENTE, APRESENTAR ALÉM DOS DOCUMENTOS EXIGIDOS NO ITEM 3.2.1, OS SEGUINTE DOCUMENTOS:**

- 1. A HABILITAÇÃO JURÍDICA será comprovada, mediante a apresentação da seguinte documentação:
  - a) Prova de registro comercial, no caso de empresa individual;
  - b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, estes acompanhados de documentos de eleição de seus administradores, no qual deverá estar contemplado, dentre os objetivos sociais, a execução de atividades da mesma natureza ou compatíveis com o objeto da licitação;
  - c) Inscrição do ato constitutivo no órgão competente acompanhada, no caso de sociedades civis, de prova da diretoria em exercício;

- d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

2. A REGULARIDADE FISCAL será comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).
- b) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, se houver, relativo à sede ou domicílio do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.
- c) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, através de certidões expedidas pelos órgãos competentes, que estejam dentro do prazo de validade expresso na própria certidão, composta de:
  - ✓ Certidão de quitação de tributos federais, neles abrangidas as contribuições sociais, administrados pela Secretaria da Receita Federal;
  - ✓ Certidão quanto à dívida ativa da União, expedida pela Procuradoria da Fazenda Nacional - Ministério da Fazenda;
  - ✓ Certidão negativa expedida pela Secretaria da Fazenda do Estado ou Distrito Federal;
  - ✓ Certidão negativa expedida pela Prefeitura Municipal, quando couber.
- d) Prova de situação regular perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS (art. 27, alínea "a", Lei nº 8.036, de 11/05/90) através da apresentação do CRF - Certificado de Regularidade do FGTS.
- e) Comprovação de que a empresa detém situação regular perante o INSS, na forma exigida pela Constituição Federal, em seu artigo 195, parágrafo 3º com a apresentação da CND - Certidão Negativa de Débitos.

3. A QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA será comprovada mediante apresentação dos seguintes documentos:

- a) Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;
- b) Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios, em que sejam nomeados os valores dos grupos corretamente, de modo a agilizar a operação para extrair os [índices abaixo, devendo ser igual ou superior a 1 (um):
  - ✓ Solvência Geral (SG) =  $\text{Ativo Total} / (\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível à Longo Prazo})$
  - ✓ Liquidez Geral (LG) =  $(\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável à Longo Prazo}) / (\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível à Longo Prazo})$
  - ✓ Índice de Liquidez Corrente (LC) =  $\text{Ativo Circulante} / \text{Passivo Circulante}$
- c) Serão considerados aceitos como na forma da lei o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados:
  - ✓ Publicados em Diário Oficial ou;
  - ✓ Registrados na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante ou;
  - ✓ Por cópia do Livro Diário, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante, na forma da IN nº 65 do Departamento Nacional do



Registro do Comércio – DNRC, de 1º de agosto de 1997, art. 6º, acompanhada obrigatoriamente dos Termos de Abertura e de Encerramento. Quando for apresentado o original do Diário, para cotejo pela Comissão Habilitação/UFVJM, fica dispensada a inclusão, na documentação, dos Termos de Abertura e de Encerramento do Livro em questão.

- d) As empresas com menos de um exercício financeiro devem cumprir a exigência deste item mediante apresentação de Balanço de Abertura ou do último Balanço Patrimonial levantado, conforme o caso.
- e) As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar a seguinte documentação, em substituição aos documentos exigidos na letra “a”:

- Para **empresas optantes** pelo Sistema Simples de Tributação, regido pela Lei Complementar 123/2006:
  - Comprovante de opção pelo Simples obtido através do sitio da Secretaria da Receita Federal: <http://receita.fazenda.gov.br/PessoaJuridica/simples/simples.htm>;
  - Declaração, firmada pelo representante legal da empresa, de que detém a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte e de não haver nenhum dos impedimentos previstos no § 4º do Artigo 3º da LC 123/06;
  - Certidão expedida pela Junta Comercial do domicílio da licitante, conforme art. 8º da Instrução Normativa 103 do Departamento Nacional de Registro do Comércio, de 30/04/07 ou pela Secretaria da Receita Federal demonstrando que a empresa detém a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte.
  - Declaração Anual Simplificada/2013.
  
- Para as **empresas não optantes** pelo Sistema Simples de Tributação, regido pela Lei Complementar 123/06;
  - Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício – DRE comprovando ter receita bruta dentro dos limites estabelecidos nos incisos I e II do Artigo 3º da LC 123/06;
  - Serão considerados aceitos como na forma da lei o balanço patrimonial e demonstrações contábeis conforme descrito no item 4.2.14 deste Edital;
  - As empresas com menos de um exercício financeiro devem cumprir a exigência deste item mediante Fotocópia do Balanço de Abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio do **licitante**.
  - Declaração e respectivo recibo de entrega do IRPJ – Imposto de Renda Pessoa Jurídica/2013.
  - Cópia do contrato social e suas alterações;
  - Declaração, firmada pelo representante legal da empresa, que detém a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte e de não haver nenhum dos impedimentos previstos no § 4º do Artigo 3º da LC 123/06.

- Certidão expedida pela Junta Comercial do domicílio da licitante, conforme art. 8º da Instrução Normativa 103 do Departamento Nacional de Registro do Comércio, de 30/04/07 ou pela Secretaria da Receita Federal demonstrando que a empresa detém a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte.

3.2.3 Para confirmação da qualificação técnica das empresas a CPL/UFVJ poderá, a seu critério e sem comunicação prévia, visitar as instalações da proponente, devendo na ocasião ser comprovadas as informações documentais.

3.2.4 Serão desabilitadas, em qualquer tempo, mesmo que ultrapassada a fase inicial de habilitação, as empresas que não comprovarem as informações documentais por ocasião da visita que se lhes fizer às instalações.

3.2.5 Os documentos exigidos poderão ser apresentados em original, por meio de cópias autenticadas por cartório competente ou servidor da UFVJM.

**3.2.6 Com a finalidade de agilizarmos o processo de julgamento da habilitação, solicitamos a identificação da documentação de habilitação, com os itens correspondentes a este Edital.**

3.2.7 Serão inabilitadas as empresas, inclusive quanto às suas respectivas matrizes e filiais:

- a) Declaradas inidôneas e suspensas de contratar com o poder público das três esferas administrativas constantes do Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS da Controladoria Geral da União - CGU.
- b) Constantes do Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça - CNJ.
- c) Que não comprovarem a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.

3.2.8 As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de **regularidade fiscal, mesmo que esta presente alguma restrição.**

3.2.9 Para as microempresa e empresas de pequeno porte, a comprovação de regularidade fiscal somente será exigida para efeito da contratação e não como condição de participação na licitação.

#### **4 FORMA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA COMERCIAL (ENVELOPE Nº 02)**

4.1 A proposta comercial, (anexos II e III), deverá ser impressa em papel timbrado da empresa, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, rubricada em todas as folhas, datada e assinada e entregue, em um só envelope opaco fechado, com indicação do conteúdo na forma do subitem 6.1, do nome da empresa do número desta licitação, devendo conter obrigatoriamente, sob pena de desclassificação:

4.1.1 Prazo de validade da proposta, não inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de abertura das propostas, caso a mesma não contenha a validade esta será entendida como de 90 (noventa) dias;

4.1.2 Taxa mensal de utilização ofertada, para o local objeto do contrato de Concessão, expressa na moeda corrente nacional, em algarismos e por extenso, considerando as condições constantes do Anexo I – Projeto Básico.

4.1.3 Planilha modelo anexa ao Edital com o detalhamento de todos os produtos a serem ofertados com os preços a serem praticados;

4.2 Caso exista algum fato que impeça a participação de qualquer licitante, ou o mesmo tenha sido declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração Pública, este fica desde já impedido de participar da presente licitação.

4.3 A simples apresentação da proposta corresponde a indicação por parte do licitante de que inexistem fatos que impeçam a sua participação na presente licitação, eximindo assim a Comissão do disposto no art. 97 da Lei 8.666/93.

4.4 Solicita-se que os interessados façam constar em suas propostas comerciais a indicação da conta bancária (banco, agência e número da conta-corrente), os números telefônicos e o nome da pessoa para contato, bem como, se disponível, o número do fac-símile.

4.5 Serão também desclassificadas aquelas propostas que:

- a) contiverem cotação de objeto diverso daquele requerido nesta licitação;
- b) apresentem oferta inferior ao valor mínimo de locação;
- b) não atendam às exigências deste edital.

## **5 CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DOS PREÇOS**

5.1 As ofertas deverão ser cotadas na moeda corrente nacional.

5.2 A proposta apresentada deverá incluir todas e quaisquer despesas necessárias para o fiel cumprimento do objeto desta licitação, inclusive todos os custos com material de consumo, salários, encargos sociais, previdenciários e trabalhistas de todo o pessoal da Contratada, como também uniformes, transporte de qualquer natureza, materiais empregados, inclusive ferramentas, utensílios e equipamentos utilizados, depreciação, aluguéis, administração, impostos, taxas, emolumentos e quaisquer outros custos que, direta ou indiretamente, se relacionem com o fiel cumprimento das obrigações pela contratada.

5.3 Serão desclassificadas as propostas que apresentem oferta de taxa mensal de utilização inferior ao mínimo exigido ou que ofereçam taxas ou vantagens baseadas nas ofertas dos demais licitantes.

5.4 Existindo discordância entre taxas ofertadas em algarismos e por extenso prevalecerão estes últimos.

## **6 DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES E REUNIÃO DE HABILITAÇÃO**

6.1 Na data, horário e local definidos neste edital, cada licitante deverá apresentar à Comissão Permanente de Licitações, simultaneamente, sua documentação e sua proposta comercial, em dois envelopes opacos, lacrados e rubricados no fecho, contendo em suas partes externas e frontais, em caracteres destacados, os seguintes dizeres:

Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
Razão Social e CNPJ da Empresa  
Concorrência Pública 011/2013  
Envelope N° 01 – Documentação  
E  
Envelope N° 02 - Proposta Comercial

6.2 Somente serão recebidos os envelopes referidos se forem entregues os dois simultaneamente.

6.3 Depois do prazo estipulado para entrega dos envelopes, não serão recebidos quaisquer outros documentos ou propostas, nem serão permitidos quaisquer adendos ou alterações nos que houverem sido apresentados, ressalvada a faculdade da Comissão de promover diligências para a obtenção de confirmações e esclarecimentos complementares das empresas licitantes.

6.4 Na data e horário indicados no preâmbulo deste edital, a vista dos interessados presentes, será realizada consulta on-line ao SICAF e serão abertos os envelopes contendo a documentação (Envelope N° 01), que serão examinados e rubricados pelos licitantes presentes e pelos membros da CPL/UFVJM, ou por comissão eleita dentre os representantes presentes, constituída para esse fim, sem prejuízo da possibilidade de exame da documentação por parte dos demais representantes presentes.

6.5 Os envelopes contendo as propostas comerciais (Envelope N.º 02), ficarão sob a guarda da CPL/UFVJM, acondicionados em invólucros devidamente lacrados e rubricados pela CPL e pelos representantes dos licitantes.

6.6 As impugnações dos licitantes contra a documentação apresentada pelos concorrentes somente poderão ser formuladas durante essa reunião, por representantes legalmente habilitados das empresas em nome das quais pretendam registrar as impugnações.

6.7 Somente poderá praticar atos no procedimento licitatório, compatíveis com a qualidade de procurador, tais como entrega da documentação e da proposta, registro de impugnações em ata e sua respectiva assinatura, renúncia do direito de interpor recursos ao resultado da habilitação ou do julgamento das propostas, representantes devidamente qualificados e com apresentação dos respectivos mandatos.

6.8 Por iniciativa da CPL/UFVJM, a abertura das propostas poderá ocorrer na mesma data da reunião para julgamento da habilitação, desde que com a anuência de todos os representantes

dos licitantes, mediante renúncia do direito de apresentar eventuais recursos quanto à fase de habilitação.

6.9 Caso haja inabilitações e não haja renúncia dos licitantes ao direito de recurso, os envelopes contendo as propostas, tanto das empresas habilitadas quanto das inabilitadas, permanecerão lacrados, como recebidos, em poder da CPL/UFVJM, até que seja concluído o rito recursal.

6.10 Desta reunião será lavrada ata circunstanciada, que conterá registro das principais ocorrências e deverá ser assinada pela CPL e licitantes presentes.

6.11 Quando indispensável, o resultado da fase de habilitação será publicado resumidamente no Diário Oficial da União.

## **7 DA REUNIÃO DE ABERTURA DAS PROPOSTAS**

7.1 Na data e horário marcados para abertura das propostas, a CPL/UFVJM procederá a abertura das propostas das empresas previamente habilitadas.

7.2 Iniciada a abertura dos envelopes contendo as propostas, não mais caberá desistência, nos termos do § 6º do art. 43 da Lei 8.666/93.

7.3 Concluída a abertura das propostas, a Comissão de Licitação, em havendo um número de participantes considerado elevado, com a anuência dos interessados, poderá sugerir a formação de comissão de representantes para examinar e rubricar as propostas apresentadas.

7.4 As impugnações dos licitantes contra as ofertas dos seus concorrentes somente poderão ser formuladas durante essa reunião, por representantes legalmente habilitados das empresas em nome das quais pretendam registrar as impugnações.

7.5 A comprovação da legitimidade para impugnar, na forma do subitem anterior, deverá ser feita exclusivamente durante essa reunião, mediante apresentação dos respectivos documentos comprobatórios.

7.6 As possíveis desclassificações de licitantes poderão ser informadas posteriormente, depois de minucioso exame, pela CPL/UFVJM, das propostas e eventuais impugnações formuladas pelos recorrentes.

7.7 Dessa reunião será lavrada ata circunstanciada, que conterá registro das principais ocorrências e deverá ser assinada pela Comissão de Licitação e licitantes presentes ou membros de comissão constituída para tal finalidade.

## **8 DO TIPO DE LICITAÇÃO E DOS CRITÉRIOS PARA JULGAMENTO**

8.1 Esta licitação é do tipo maior oferta, na forma prevista no inciso IV, § 1º, art. 45, da Lei 8.666 de 1993.

8.2 Na fase de julgamento das propostas, a CPL/UFVJM poderá promover quaisquer diligências julgadas necessárias à análise das propostas, devendo os licitantes atender às solicitações da CPL no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, após o recebimento da convocação.

8.3 No caso de empate entre duas ou mais propostas, a classificação se fará, obrigatoriamente, por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

8.4 Caso exista algum fato que impeça a participação de algum licitante, ou o mesmo tenha sido declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração Pública, este será desclassificado do certame, sem prejuízo das sanções legais cabíveis.

8.5 O resultado do julgamento das propostas será publicado resumidamente no Diário Oficial da União.

8.6 No caso do julgamento ser efetuado durante a reunião de abertura, se presentes os representantes legais de todos os licitantes, a CPL/UFVJM comunicará o resultado diretamente aos interessados, considerando-se este comunicado como intimação legal para fins de contagem do prazo de recursos.

8.7 No caso de empate entre duas ou mais propostas, será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.

8.8 Entende-se por empate aquelas situações em que as ofertas apresentadas pelas microempresas ou empresas de pequeno porte sejam iguais ou até dez por cento inferiores a maior oferta.

8.9. O disposto no item 8.7 somente se aplicará quando a melhor oferta válida não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

8.10 Ocorrendo o empate, a microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada poderá apresentar oferta superior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado o objeto em seu favor.

8.11. Na hipótese de não contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, com base no inciso I, do art. 45 da LC 123/06, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem em situação de empate, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

8.12 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas ou empresa de pequeno porte que se encontrem em situação de empate, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

8.13 O prazo para que as microempresas ou empresas de pequeno porte apresentem nova oferta é de 30 (trinta) minutos.

8.14 Será realizada consulta ao Portal de Transparência do Governo Federal para verificar se as microempresas e empresas de pequeno porte que pretendem utilizar a prerrogativa de efetuar lance de desempate, possuem no somatório de valores das ordens bancárias recebidas, relativas ao seu último exercício, valor que extrapola o faturamento máximo permitido como condição para esse benefício, conforme art. 3º da LC 123/2006.

## **9 DA IMPUGNAÇÃO, ESCLARECIMENTO E RECURSO**

9.1 A entrega da proposta, sem que tenha sido interposta impugnação aos termos do presente Edital até 02 (dois) dias úteis antes da data prevista para a abertura, implicará na plena aceitação, por parte dos interessados, das condições estabelecidas.

9.2 Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar o edital desta licitação por irregularidades na aplicação da Lei 8.666/93, devendo protocolar o pedido até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes de habilitação, devendo a Administração julgar e responder à impugnação em até 3 (três) dias úteis.

9.3 A apresentação de impugnação contra o presente edital será processada e julgada na forma e nos prazos previstos no art. 41 da Lei 8666/93.

9.4 Quaisquer esclarecimentos de caráter legal referentes ao objeto desta licitação ou relativos à interpretação dos termos deste Edital, deverão ser encaminhadas em até 03 (três) dias antes da data de entrega dos envelopes.

9.5 A CPL irá realizar ampla divulgação das impugnações e esclarecimentos, no sítio da UFVJM [www.ufvjm.edu.br](http://www.ufvjm.edu.br), no link "Licitações e Contratos".

9.6 Dos atos da Administração neste processo licitatório cabem recurso, representação ou pedido de reconsideração, de acordo com o disposto no artigo 109 da lei 8.666/93 e modificações da lei 8.883/94.

9.7 Interposto o recurso, será dado conhecimento a todos os licitantes, via email cadastrado, para que possam impugná-lo no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

9.8 Se não reconsiderar sua decisão, a CPL submeterá o recurso, devidamente informado, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, à consideração da autoridade superior, que proferirá sua decisão em igual prazo.

9.9 A decisão em grau de recurso será definitiva e dela dar-se-á conhecimento, por escrito, aos interessados.

9.10 Não serão considerados os recursos que se baseiem em aditamento ou modificações da proposta, bem como sobre matéria já decidida em grau de recurso.

9.11 As impugnações, esclarecimentos e recursos deverão ser encaminhadas na forma eletrônica através do endereço: [licita@ufvjm.edu.br](mailto:licita@ufvjm.edu.br), estando sua eficácia igualmente sujeito ao

envio do original para CPL/UFVJM, Rodovia MGT 367, km 583, nº 5000, Diamantina/MG (39.100-000), dentro dos prazos legais de cada.

## **10 PRAZOS E CONDIÇÕES PARA ASSINATURA DO CONTRATO**

10.1 Depois de homologado o resultado desta licitação, a UFVJM convocará a empresa vencedora para a assinatura do instrumento contratual correspondente.

10.2 A convocação de que trata o subitem 10.1 deverá ser atendida no prazo máximo de 5 (cinco) dias, prorrogável apenas 01 (uma) única vez a critério da UFVJM, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81, da Lei 8.666/93 e modificações da lei 8.883/94.

10.3 Não serão admitidos recursos, protestos, representações, ressalvas ou outra forma de discordância ou inconformismo a quaisquer tópicos do contrato que guardem absoluta conformidade com sua minuta, em expressão e substância.

10.4 Para segurança da UFVJM quanto ao cumprimento das obrigações, a empresa adjudicatária deverá optar, no montante de 5% (cinco por cento) do valor do contrato, atualizável nas mesmas condições daquele, conforme previsto no artigo 56, § 1º da Lei 8.666/93, por uma das modalidades de garantia previstas.

10.4.1 A CONTRATADA deverá providenciar impreterivelmente em 5 (cinco) dias úteis a garantia contratual, sob pena de ser-lhe imputado multa conforme item 16 do edital.

10.5 É de inteira responsabilidade do adjudicatário a renovação da garantia prestada, quando couber, estando sua liberação condicionada ao término das obrigações contratuais com a UFVJM.

10.6 A garantia prestada pelo contratado só será liberada ou restituída após o término da vigência do contrato oriundo da presente licitação.

10.7 Ao assinar o instrumento contratual, a empresa adjudicatária obriga-se a fornecer os serviços a ela adjudicados, conforme especificações e condições contidas neste edital, em seus anexos e também na proposta apresentada, prevalecendo, no caso de divergência, as especificações e condições do edital.

10.8 O prazo para início das atividades será de 10 (dez) dias a partir da data de recebimento da Ordem de Serviço correspondente, emitida pela UFVJM e o não cumprimento desse prazo implicará na aplicação da multa indicada no item 16 do edital.

10.9 Quando da assinatura do contrato deverá ser providenciado Termo de Vistoria, assinado pelas partes, que demonstre todas as características do bem visando quando do encerramento do contrato devolver o bem sob concessão, nas mesmas condições em que foi concedido.

## **11 DA VIGÊNCIA E DO REAJUSTE**



11.1 O prazo de vigência do contrato será 12 (doze) meses contados da data da sua assinatura, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos até o limite de 60 (sessenta) meses, com fundamento no art. 57, inciso II, da Lei n.º 8.666/93, tendo validade e eficácia legal após a publicação do seu extrato no Diário Oficial da União.

11.2 A renovação do termo contratual respectivo deverá ser sempre precedida de pesquisa para verificar se as condições oferecidas pela licitante contratada continuam vantajosas para a Administração da UFVJM.

11.3 Referido prazo terá início e vencimento em dia de expediente, devendo excluir-se o primeiro e incluir o último.

11.4 Após 12 (doze) meses de contratação a taxa mensal de utilização será reajustada tomando-se como base a variação do IGPM.

11.4.1 O IGPM é um índice divulgado na forma de percentual mensal e a variação será calculada pelo acúmulo dos valores nos últimos 12 (doze) meses do contrato.

## **12 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

12.1 Pagar pontualmente o valor da retribuição pelo uso do imóvel concedido, até o 10º (décimo) dia útil do mês de competência, através de GRU, emitida pela Divisão de Contratos/UFVJM;

12.2 Prestar os serviços, conforme detalhado no Projeto Básico anexo a este contrato, com emprego de mão-de-obra devidamente treinada e qualificada, observando rigorosamente todas as exigências de manutenção, utilização, garantias, fornecimentos, prazos e quantitativos lá estabelecidos, bem como o estipulado em sua proposta, ficando a Contratada sujeita às penalidades estabelecida neste edital, no caso de mora ou inadimplemento de suas obrigações.

12.3 Responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, de seguro de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas e referentes aos serviços executados por seus empregados, uma vez que os mesmos não têm nenhum vínculo empregatício com a UFVJM.

12.4 Cumprir todas as obrigações relativas ao seu ramo de atividade, tais como: legislação trabalhista e tributos de qualquer natureza, licença de repartições públicas e outras atuais e futuras que venham a incidir sobre o empreendimento.

12.5 Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar à UFVJM ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita.

12.6 Responder pela manutenção das instalações, inclusive efetuando, diariamente, a higienização, limpeza e conservação dos pisos, paredes, mesas, equipamentos de todas as dependências, sob sua responsabilidade.

12.7 Apresentar, quando da assinatura do contrato, relação nominal, com respectiva identificação e qualificação dos empregados que serão utilizados na execução dos serviços. Qualquer eventual substituição, exclusão ou inclusão deverá ser notificada ao setor competente da UFVJM.

12.8 Manter quadro de funcionários, com número compatível, às atividades prestadas, contratando e mantendo mais funcionários em caso do número apresentado se insuficiente para o serviço, contratando funcionários extras com a finalidade de substituir os que se encontrarem em férias ou licenciados.

12.9 Manter, por sua exclusiva conta, os funcionários em serviço, devidamente limpos e asseados, quer no aspecto pessoal, quer no vestuário ou calçado, substituindo-se imediatamente aquele que descumprir esta exigência. Todos os empregados deverão portar cartão de identificação, do qual deverá constar seu nome e função.

12.10 Utilizar para a execução dos serviços profissionais devidamente qualificados e treinados. Todo funcionário novo deverá receber treinamento.

12.11 Garantir adequadas condições de saúde para todos os funcionários que estiverem prestando serviços à UFVJM, através de exames de saúde periódicos a cada 06 meses.

12.12 Garantir a segurança física da mão-de-obra, através do fornecimento dos equipamentos de segurança individuais imprescindíveis.

12.13 Fornecer pelo menos 02 (dois) uniformes completos a cada um de seus empregados: calça, camisa e jaqueta, e/ou outros adequados às atividades.

12.14 Corrigir todas as imperfeições verificadas pela UFVJM, na execução das atividades no prazo por esta determinadas.

12.15 Reparar ou indenizar todas e quaisquer avarias ou danos causados aos bens da UFVJM pelo pessoal encarregado da execução dos serviços.

12.16 Todos os equipamentos devem ser submetidos a manutenção preventiva, a ser realizada por empresa especializada, a cada 06 meses.

12.17 Responsabilizar-se por todos os tributos que incidirem sobre sua atividade econômica.

12.18 Arcar com as despesas de energia elétrica através de ressarcimento à UFVJM do total de consumo registrado em contador individual, para isso o licitante vencedor deverá instalar um medidor de consumo de energia no local.

12.19 Instalar um medidor de consumo de energia no local, para medição do que for consumido de energia elétrica.

12.20 Será de responsabilidade da contratada a manutenção, conservação e reparos da rede hidráulica e elétrica no ambiente objeto da concessão.

12.21 Recebida da UFVJM a Notificação de Consumo de Energia Elétrica, a contratada deverá promover o devido ressarcimento das despesas até o décimo dia útil do mês de competência, através de Guia de Recolhimento da União – GRU, no valor indicado na Notificação de Consumo de Energia Elétrica.

12.22 Devolver o bem sob concessão, nas mesmas condições em que foi concedido, quando do encerramento do contrato, conforme Termo de Vistoria previamente assinado pelas partes.

12.23 Praticar preços de vendas compatíveis com preços de mercado.

12.24 Outras obrigações constantes da minuta de contrato e do projeto básico.

12.25 A UFVJM não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade da Contratada para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos ou quaisquer outros.

### **13 OBRIGAÇÕES DA UFVJM**

13.1 Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais, inclusive, permitir o livre acesso de representantes, prepostos ou empregados da Contratada às dependências da UFVJM.

13.2 Efetuar, no último dia útil de cada mês, leitura do contador individual de energia elétrica, registrar em planilha própria o número apurado, calcular o valor do ressarcimento devido e emitir Notificação de Consumo de Energia Elétrica à Contratada até o quinto dia útil de cada mês para que este efetue o devido ressarcimento.

13.3 Fornecer atestados de capacidade técnica quando solicitado, desde que atendidas as obrigações contratuais.

13.4 Outras obrigações constantes da Minuta de Contrato e do Projeto Básico.

### **14 ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO CONTRATUAL**

14.1 Após a assinatura do contrato, a UFVJM designará um servidor doravante denominado “Fiscal”, com autoridade para exercer, como representante da Administração da UFVJM, toda e qualquer ação de orientação geral, acompanhamento e fiscalização da execução contratual.

14.2 A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada pelo servidor(a) \_\_\_\_\_, designado pela Portaria nº\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_. Ao Fiscal compete, entre outras atribuições:

14.2.1 Encaminhar ao setor competente o documento que relacione as ocorrências que impliquem em multas a serem aplicadas à Contratada.

14.2.2 Solicitar à contratada e seus prepostos, ou obter da Administração, tempestivamente, todas as providências necessárias ao bom andamento dos serviços.

14.2.2.1 A cópia dos documentos escritos que comprovem as solicitações de providências deverão ser anexadas aos autos do processo correspondente.

14.2.3 Verificar a conformidade da execução dos serviços com o projeto básico e se os procedimentos e equipamentos empregados são adequados para garantir a qualidade desejada dos serviços.

14.2.4 Assegurar-se de que o número de empregados alocados ao serviço pela Contratada é suficiente para o bom desempenho dos serviços.

14.2.5 Documentar as ocorrências havidas, em registro próprio, firmado juntamente com o preposto da Contratada.

14.2.6 Acompanhar e atestar mensalmente o bom andamento da execução, indicando as ocorrências de indisponibilidade dos serviços contratados, desde que por motivos imputáveis à contratada.

14.2.7 Remeter as solicitações da Contratada à administração, devidamente informadas.

14.2.8 Acompanhar e atestar mensalmente o recebimento definitivo da execução, indicando as ocorrências de indisponibilidade dos serviços contratados.

14.3 A ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização da UFVJM, não eximirá à Contratada de total responsabilidade na execução do contrato.

## **15 CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

15.1 O pagamento da taxa mensal de utilização deverá ser efetuado em moeda corrente nacional, até o décimo dia útil do mês de competência, obrigando-se a Contratada, no mesmo prazo, a apresentar ao Fiscal as guias de recolhimento (GRU) dos valores devidos, mantendo seu cadastro atualizado no SICAF ou acompanhadas dos documentos citados nos itens 3.2.2.2 (alíneas “c”, “d”, “e” e “f”) que estiverem com a validade expirada, caso não tenha inscrição no SICAF.

15.1.1 Constatada a situação de irregularidade junto ao SICAF, a contratada será advertida, por escrito, para que no prazo de 10 (dez) dias úteis, regularize sua situação, ou no mesmo prazo apresente sua defesa, sob pena de rescisão do contrato

15.1.2 O prazo descrito no item 15.1.1 poderá ser prorrogado a critério da administração.

15.1.3 Caso a contratada, não regularize sua situação junto ao SICAF, ou apresente defesa, no prazo descrito no item 15.1.1 será providenciada a abertura de processo administrativo visando a aplicação das penalidades cabíveis.

15.1.2 No ato da comprovação do recolhimento da Taxa mensal de utilização, também deverá comprovar o devido ressarcimento das despesas de energia elétrica, através da apresentação da GRU correspondente.

15.2 As receitas obtidas com o pagamento da Concessão de uso obtida e do ressarcimento de despesas de energia elétrica através desta licitação deverão ser depositadas à conta das receitas previstas no orçamento da União do exercício correspondente, através de Guia de Recolhimento da União - GRU.

## **16 SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO**

16.1. A inexecução total ou parcial do Contrato e a recusa injustificada em assinar o Contrato, sujeitará o contratado às seguintes sanções:

- Advertência;
- Multa administrativa equivalente a 10% (dez por cento) do valor do Contrato;
- Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração, por prazo não superior a 02(dois) anos;
- Declaração de idoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;

16.2. A aplicação de qualquer das sanções previstas seguirá o procedimento de acordo com os artigos 86 a 88 da Lei 8.666/93;

16.3. As multas só poderão ser relevadas nos casos de força maior ou de caso fortuito, devidamente comprovado, mediante decisão fundamentada, com justificativas feitas por escrito pela Contratada.

16.4. As multas devidas, por descumprimento total ou parcial do contrato, estão limitadas ao valor total do contrato.

16.5 A mora da Contratada, quanto às suas obrigações contratuais, implicará na aplicação de multa administrativa correspondente a 1% (um por cento) ao dia, calculada sobre o valor total de contrato.

16.6 Por descumprimento do prazo para a correção das imperfeições a Contratada ficará sujeita a multa de 1% (um por cento) calculada sobre o valor do contrato.

16.7 O atraso por período superior a 20 (vinte) dias, caracterizará o descumprimento total da obrigação, punível com a sanção prevista no item 17 do edital.

16.8 A multa a que se referem os itens 16.1, 16.5 e 16.6 deverão ser acrescidas aos pagamentos devidos a UFVJM, podendo igualmente ser cobrada diretamente da empresa, amigável ou judicialmente, e ser aplicada cumulativamente com as demais sanções previstas neste tópico.

16.9 Serão considerados injustificados os atrasos no adimplemento das obrigações não comunicados tempestivamente, ou insuficientemente fundamentados, ficando sua aceitação a critério da UFVJM.

16.10 Os prazos de adimplemento das obrigações contratadas admitem prorrogação nos casos e condições especificados no § 1º do art. 57 da Lei 8.666/93, devendo a solicitação dilatatória, sempre por escrito, fundamentada e instruída com os documentos necessários à comprovação das alegações, ser recebida contemporaneamente ao fato que ensejá-la, sendo considerados injustificados os atrasos não precedidos da competente prorrogação.

16.11 A aplicação das penalidades será precedida da concessão da oportunidade de ampla defesa por parte do adjudicatário, na forma da lei.

16.12 Sempre que não houver prejuízo para a UFVJM, as penalidades impostas poderão ser relevadas ou transformadas em outras de menor sanção, a critério exclusivo de sua Administração.

16.13 O licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração, pelo prazo de até dois anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

16.14 As multas previstas neste item não têm caráter compensatório e o seu pagamento não eximirá a contratada da responsabilidade por perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

## **17 RESCISÃO**

17.1. A inexecução, total ou parcial do contrato ensejará a sua rescisão, com as conseqüências contratuais e as previstas na Lei 8666/93.

17.2. A rescisão poderá ser determinada por ato unilateral e escrito da UFVJM nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8666/93.

17.3. Quando a rescisão ocorrer com base nos incisos XII a XVII da Lei 8666/93, sem que haja culpa da contratada, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, na forma do § 2º do art. 79 da Lei 8666/93.

## **18 GENERALIDADES**

18.1 O CNPJ da UFVJM é 16.888.315/0001-57

18.2 Esta licitação poderá ser revogada total ou parcialmente, sem que caiba indenização aos licitantes em conseqüência da revogação, nos termos do art. 49 da Lei 8.666/93.

18.3 Em caso de discrepância entre os anexos e o Edital prevalecerá a redação do instrumento convocatório.

18.4 Quaisquer outros elementos necessários ao perfeito entendimento deste edital poderão ser obtidos junto à CPL - Divisão de Licitações, através do telefone/fax (38) 3532-1260/1258.

18.5 Os casos omissos serão resolvidos, pela Comissão de Licitação, com base na Lei 8.666/93.

18.5 Fica eleito o Foro da Justiça Federal, Seção Judiciária de Minas Gerais, em Sete Lagoas, para fins de dirimir controvérsias decorrentes deste certame.

Diamantina, 10 de maio de 2013.

Vinícius Nardis Silva  
Presidente da Comissão Permanente de Licitação/UFVJM

**ANEXO I**  
**PROJETO BÁSICO**  
**CONCESSÃO DE USO DE ESPAÇO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CÓPIAS E**  
**PAPELARIA**

**1. OBJETO**

A concessão de uso das instalações próprias, perfazendo uma área de 40,00m<sup>2</sup>, localizadas no Campus do Mucuri, da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, na Rua do Cruzeiro, nº 01, Bairro Jardim São Paulo - Teófilo Otoni/MG - CEP 39803-371, para Exploração de Serviços de Cópias Reprográficas e comércio de itens de papelaria.

**2. JUSTIFICATIVA**

Justifica-se a concessão de espaços públicos da UFVJM para a exploração de serviços de cópias reprográficas, encadernação e plastificação de documentos e comércio de itens de papelaria por se tratar de prestação de serviço extremamente importante para a comunidade acadêmica do *Campus* do Mucuri, uma vez que não existe nas proximidades deste *campus* nenhum estabelecimento comercial que execute serviços desta natureza.

**3. CONDIÇÕES ESPECÍFICAS**

- a) O fornecimento do serviço deverá ser efetuado em todos os dias úteis do ano, de Segunda a Sexta no horário de 8:00 às 21:30 horas.
- b) De acordo com definição da Administração da Universidade, o horário de atendimento poderá ser alterado a fim de atender a casos excepcionais.
- c) Imediatamente após o início do contrato, a licitante vencedora deverá manter serviços de cópias reprográficas nos tamanhos A4 e A3, do tipo preto e branco e do tipo colorida, serviços de encadernação e plastificação e comércio de artigos básicos de papelaria e material escolar.
- d) É obrigatório que a qualidade dos serviços de cópias, encadernação e plastificação atenda às necessidades da comunidade da UFVJM.
- e) Os serviços prestados deverão ser compatíveis com os preços praticados pelo mercado. A verificação de preços abusivos poderá resultar na aplicação de penalidades e/ou rescisão do contrato.
- f) Deverá haver máquina-reserva para que o atendimento se dê de forma contínua, não ocorrendo à suspensão dos serviços.
- g) Não será permitida a comercialização de nenhum item de gêneros alimentícios.
- h) Não será permitido a venda de equipamentos e mobiliários ou fornecimento de outros serviços sob pena de rescisão imediata e automática do contrato.
- i) A empresa se comprometerá a efetuar pagamento de no mínimo **R\$ 500,00 (quinhentos reais)** a título de aluguel da estrutura física, exceto nos meses de janeiro, fevereiro e julho, quando ficará isento do pagamento. Esse valor mínimo é o mesmo cobrado no último processo licitatório desse mesmo espaço físico.



- j) A empresa deverá instalar um medidor de consumo de energia no local, para medição do que for consumido de energia elétrica.
- k) Arcar com as despesas de energia elétrica, através de ressarcimento à **UFVJM** do total de consumo registrado no contador individual.

#### 4. INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS

- 4.1. O licitante vencedor receberá as instalações, mediante contrato de concessão de uso, após serem as mesmas vistoriadas pelas partes interessadas.
- 4.2. O licitante vencedor deverá equipar os locais com materiais e equipamentos necessários e adequados a atividade comercial.

#### 5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 5.1. Cumprir todas as obrigações relativas ao seu ramo de atividade, tais como legislação trabalhista e tributos de qualquer natureza, licença de repartições públicas e outras atuais e futuras que venham incidir sob o empreendimento;
- 5.2. Responder pela manutenção das instalações, inclusive efetuando, diariamente, a higienização, limpeza e conservação de pisos, paredes, mesas, equipamentos e todas as dependências, por sua inteira responsabilidade.
- 5.3. Apresentar, quando da assinatura do contrato, relação nominal, com respectiva identificação e qualificação dos empregados que serão utilizados na execução dos serviços. Qualquer eventual substituição, exclusão ou inclusão deverá ser notificada ao setor competente da Universidade.
- 5.4. Manter quadro de funcionários, com número compatível, às atividades prestadas. Contratando e mantendo mais funcionários em caso do número apresentado ser insuficiente para o serviço. Contratando funcionários extras com a finalidade de substituir os que se encontrarem de férias ou licenciados.
- 5.5. Manter, por sua exclusiva conta os funcionários em serviço devidamente uniformizados, os quais deverão apresentar-se permanentemente limpos e asseados, quer no aspecto pessoal, quer no vestuário e calçado, substituindo-se imediatamente, por solicitação da Universidade, aquele que não preencher esta exigência. Todos os empregados deverão portar cartão de identificação, do qual deverá constar seu nome e função.
- 5.6. Utilizar para a execução dos serviços, profissionais devidamente qualificados e treinados. Todo funcionário novo deverá receber treinamento.
- 5.7. Garantir adequadas condições de saúde para todos os funcionários que estiverem prestando serviço a UFVJM, através de exames de saúde periódicos a cada 06 meses.
- 5.8. Garantir a segurança física da mão-de-obra, através do fornecimento dos equipamentos de segurança individual imprescindíveis.
- 5.9. Fornecer pelo menos 02 (dois) uniformes completos a cada um de seus empregados: Calça, camisa e jaqueta, e/ou outros adequados às atividades.
- 5.10. Reparar ou indenizar todas e quaisquer avarias ou danos causados aos bens da Universidade pelo pessoal encarregado da execução dos serviços.
- 5.11. Todos os equipamentos devem ser submetidos à manutenção preventiva por empresa especializada a cada 06 meses.
- 5.12. Será, também, de responsabilidade da contratada: manutenção, conservação e reparos da rede hidráulica e elétrica no ambiente objeto da concessão.

## 6. REGRAS A SEREM OBSERVADAS

6.1. Caberá a contratada orientar os seus funcionários no sentido de atender as exigências relativas à ética profissional, prevenção de acidentes de trabalho e educação sanitária.

- a) Ética profissional
- ✓ Conhecer e cumprir o regulamento da empresa;
  - ✓ Acatar ordens e seguir a rotina de serviço;
  - ✓ Colaborar com os colegas para o bom andamento dos trabalhos;
  - ✓ Cuidar da higiene e apresentação pessoal;
  - ✓ Cuidar dos equipamentos com os quais trabalha;
  - ✓ Procurar manter um ambiente de harmonia e amizade no local de trabalho.
- b) Prevenção de Acidentes de Trabalho
- Para prevenir quedas e distensões procure:
- ✓ Usar sempre sapatos antiderrapantes;
  - ✓ Utilizar carrinhos para apoio e transporte de material pesado;
  - ✓ Ao levantar peso, pedir ajuda se necessário;
  - ✓ Conservar o piso sempre seco;
  - ✓ Para atingir lugares altos, usar escada devidamente apoiada, e subir e descer com cuidado;
  - ✓ Sentar sempre em cadeiras ou bancos, nunca em mesas, bancadas ou outros.
- Para prevenir choques elétricos:
- ✓ Mantenha mãos e sapatos secos quando for manusear equipamentos elétricos;
  - ✓ Não utilize fios elétricos desencapados;
  - ✓ Não faça ligações elétricas de emergência;
  - ✓ Conheça a localização do quadro geral de eletricidade do espaço utilizado.
- c) Educação Sanitária

Teófilo Otoni, 10 de Outubro de 2012.

---

José Gilson Carvalho de Oliveira  
Economista – PROPLAN – Campus Mucuri

De Acordo:

---

Prof. Simão Pereira da Silva  
Diretor Administrativo – Campus Mucuri

**ANEXO II**

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)  
CARTA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA (ENVELOPE).

-----,-----de ----- de 2013

Prezados Senhores:

REFERENTE: EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 011/2013

É com satisfação que passamos as mãos de V. S<sup>a</sup>., a proposta para -----  
----- o valor mensal do aluguel é de R\$------(-----) e seu  
prazo de validade é de -----.

Declaramos expressamente que o preço mensal proposto compreende todas as despesas concernentes à execução dos serviços projetados e especificados. Com o fornecimento dos materiais e mão-de-obra, encargos sociais, ferramental, equipamentos, benefícios e despesas indiretas, assistência técnica, licenças inerentes a especialidade e tributos e tudo o mais necessário à perfeita e cabal execução do serviço.

Acompanham a presente proposta os documentos referidos no Edital.

Para eventuais correspondências, nosso endereço é o seguinte.

RAZÃO SOCIAL:

RUA OU AVENIDA:

CEP:

TELEFONE/FAX/E-MAIL

CIDADE/ESTADO:

-----  
Representante Legal da Empresa





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURÍ  
DIAMANTINA – MINAS GERAIS

**ANEXO IV - MINUTA DO CONTRATO**

CONCESSÃO DO USO DE DEPENDÊNCIA PERFAZENDO UMA ÁREA DE 40,00M<sup>2</sup>, PARA EXPLORAÇÃO DE CÓPIAS XEROGRÁFICAS, ENCADERNAÇÃO, PLASTIFICAÇÃO E COMÉRCIO DE ARTIGOS DE PAPELARIA, NO CAMPUS AVANÇADO DO MUCURI, DA UFVJM, EM TÓFILO OTONI (MG).

A **UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI**, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 16.888.315/0001-57, sediada na BR 367, nº 5000, Alto da Jacuba , Diamantina - MG, doravante denominado simplesmente **UFVJM**, neste ato representado pelo seu Reitor Pedro Angelo Almeida Abreu, e a empresa xxxxxxxxxxxxxxxx, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º ....., com sede na Rua ....., Cidade ....., CEP ....., doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, neste ato representada pelo ....., ....., resolvem celebrar o presente Contrato, sujeitando-se ambas as partes às seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DOS FUNDAMENTOS LEGAIS DO CONTRATO**

O presente contrato fundamenta-se:

I -na Concorrência Pública 011/2013, conforme Lei n.º 8.666/93, art. 2º c/c artigo 23, § 3º.

II -nos termos propostos pela **CONTRATADA** que, simultaneamente:

- a) constem no Processo Administrativo UFVJM nº 23086.002653/2012-78;
- b) não contrariem o interesse público;

III -nas determinações da Lei n.º 8.666/93;

IV -nos preceitos de direito público;

V -supletivamente, nos princípios da teoria geral dos contratos e nas disposições do direito privado.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO E INÍCIO DOS SERVIÇOS**

O objeto do presente contrato é a concessão do uso de dependência, perfazendo uma área de 40,00m<sup>2</sup>, para exploração de serviços de cópias xerográficas, plastificação, encadernação e comércio de itens de papelaria, situada no Campus Avançado do Mucuri, da UFVJM, em Teófilo Otoni (MG), à empresa especializada no ramo, de comprovada experiência, observados os termos e condições constantes do Projeto Básico e outros anexos referidos no Edital.

Subcláusula primeira. O prazo para início das atividades será de 10 (dez) dias a partir da data de recebimento da Ordem de Serviço correspondente, emitida pela **UFVJM**.

Subcláusula segunda. O projeto básico e demais regulamentações e termos do processo referido aderem a este contrato e dele fazem parte independentemente de transcrição.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR DA TAXA DE UTILIZAÇÃO

O valor da taxa de utilização a ser paga pela **CONTRATADA** é R\$ ..... (.....).

#### CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO E DOS PRODUTOS FORNECIDOS

O preço dos serviços ou produtos oferecidos pela Contratada são os constantes da proposta apresentada pela **CONTRATADA** no certame em referência.

#### CLÁUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO

O pagamento da taxa mensal de utilização deverá ser efetuado em moeda corrente nacional, até o décimo dia útil do mês de competência, obrigando-se a **CONTRATADA**, no mesmo prazo, a apresentar à **UFVJM** as guias DARF de recolhimento dos valores devidos, acompanhadas:

I -Certidão Negativa de Débitos para com o INSS (CND), na forma exigida pela Constituição Federal em seu artigo 195, parágrafo 3º;

II -Certificado de Regularidade do FGTS (CRF), emitido pela Caixa Econômica Federal;

III -Certidão Negativa de Débitos de Tributos e Contribuições Federais, emitida pela Secretaria da Receita Federal;

IV -Certidão quanto à Dívida Ativa da União, expedida pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – Ministério da Fazenda;

V - Certidão Negativa de Débitos Trabalhista.

Subcláusula primeira. As receitas obtidas com o pagamento da Concessão de uso obtida através deste Contrato deverão ser depositadas à conta das receitas previstas no orçamento da União do exercício correspondente.

Subcláusula segunda. Serão retidos na fonte os tributos e as contribuições elencados nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as instruções normativas vigentes.

#### CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA E DO REAJUSTE

O prazo de vigência do contrato será 12 (doze) meses contados da data da sua assinatura, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos até o limite de 60 (sessenta) meses, com fundamento no art. 57, inciso II, da Lei n.º 8.666/93.

Subcláusula primeira. Caso sejam constatadas após, assinatura do contrato, deficiências que possam dar causa a rescisão contratual, por parte da **CONTRATADA**, fica a administração autorizada a negociar da forma mais conveniente e que melhor atender aos interesses da comunidade acadêmica, administrativa e docentes, dentro dos ditames legais.

Subcláusula segunda. A prorrogação do contrato será precedida de pesquisa para que se verifique se as condições oferecidas pela **CONTRATADA** continuam vantajosas para a Administração da **UFVJM**.

Subcláusula terceira. O referido prazo terá início e vencimento em dia de expediente, devendo excluir-se o primeiro e incluir o último.

Subcláusula quarta. Após 12 (doze) meses de contratação a taxa mensal de utilização será reajustada tomando-se como base a variação do IGPM.

Subcláusula quinta. O IGPM é um índice divulgado na forma de percentual mensal e a variação será calculada pelo acúmulo dos valores nos últimos 12 (doze) meses do contrato.

#### CLÁUSULA SETIMA - DA GARANTIA DO CONTRATO

Para segurança da **UFVJM** quanto ao cumprimento das obrigações contratuais, a **CONTRATADA** deverá optar, no montante de 5% do valor total do contrato, atualizável nas mesmas condições daquele, por uma das seguintes modalidades de garantia:

- I - caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública;
- II - seguro garantia;
- III - fiança bancária.

Subcláusula primeira. A **CONTRATADA** deverá apresentar a garantia contratual impreterivelmente em 5 dias úteis, a contar da data em que o representante da empresa receber a convocação para assinatura do contrato, sob pena de ser-lhe imputada multa equivalente a 10% do valor total do contrato.

Subcláusula segunda. A garantia contratual deverá ter validade durante toda a vigência do contrato.

Subcláusula terceira. Caso o valor ou o prazo do documento sejam insuficientes para garantir este contrato, a **CONTRATADA** providenciará, compulsoriamente, tantos aditamentos quantos forem necessários até o término da vigência contratual prevista.

Subcláusula quarta. A garantia prestada pela **CONTRATADA** só será liberada ou restituída após o término da vigência do presente contrato.

Subcláusula quinta. No caso de a **CONTRATADA** optar pela caução em dinheiro, esta deverá ser feita na Caixa Econômica Federal, conforme Decreto-lei n.º 1.737, de 21/12/1979.

#### CLÁUSULA OITAVA - DA ACEITAÇÃO DOS SERVIÇOS

O serviço executado em desacordo com o estipulado neste Instrumento Contratual, bem como na proposta da **CONTRATADA** será punido com a sanção administrativa cabível.

#### CLÁUSULA NONA - DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

Após a assinatura do contrato, a **UFVJM** designará formalmente servidor, doravante denominado FISCAL, com autoridade para exercer, como representante da Administração da **UFVJM**, toda e qualquer ação de orientação geral, acompanhamento e fiscalização da execução contratual.

Subcláusula primeira. A execução deste contrato será acompanhada e fiscalizada pelo servidor(a) \_\_\_\_\_, designado pela Portaria nº\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_. Ao Fiscal compete, entre outras atribuições:

I -Encaminhar ao setor competente o documento que relacione as ocorrências que impliquem em multas a serem aplicadas à **CONTRATADA**.

II -Solicitar à **CONTRATADA** e seus prepostos, ou obter da Administração, tempestivamente, todas as providências necessárias ao bom andamento dos serviços.

III -A cópia dos documentos escritos que comprovem as solicitações de providências deverão ser anexadas aos autos do processo correspondente.

IV -Verificar a conformidade da execução dos serviços com o projeto básico e se os procedimentos e equipamentos empregados são adequados para garantir a qualidade desejada dos serviços.

V -Assegurar-se de que o número de empregados alocados ao serviço pela **CONTRATADA** é suficiente para o bom desempenho dos serviços.

VI -Documentar as ocorrências havidas, em registro próprio, firmado juntamente com o preposto da **CONTRATADA**.

VII -Acompanhar e atestar mensalmente o bom andamento da execução, indicando as ocorrências de indisponibilidade dos serviços contratados, desde que por motivos imputáveis à **CONTRATADA**.

VIII -Remeter as solicitações da **CONTRATADA** à administração, devidamente informadas.

IX -Acompanhar e atestar mensalmente o recebimento definitivo da execução, indicando as ocorrências de indisponibilidade dos serviços contratados.

Subcláusula segunda. A ação do FISCAL não exonera a **CONTRATADA** de suas responsabilidades contratuais.

#### CLÁUSULA DEZ - DAS OBRIGAÇÕES DA **CONTRATADA**

Na execução do objeto do presente contrato, obriga-se a **CONTRATADA** a emendar todo o empenho e a dedicação necessários ao fiel e adequado cumprimento dos encargos que lhe são confiados e, ainda, a:

I - Dar início ao fornecimento dos serviços improrrogavelmente no prazo de 10 (dez) dias da data de recebimento da “Ordem de Serviço” emitida pela **UFVJM**;

II - Pagar pontualmente o valor da retribuição pelo uso do imóvel concedido, até o 10º (décimo) dia útil do mês de competência, através de GRU, emitida pela Divisão de Contratos/UFVJM;

III - Prestar os serviços, conforme detalhado no Projeto Básico anexo a este contrato, com emprego de mão-de-obra devidamente treinada e qualificada, observando rigorosamente todas as exigências de manutenção, utilização, garantias, fornecimentos, prazos e quantitativos lá estabelecidos, bem como o estipulado em sua proposta, ficando a Contratada sujeita às penalidades estabelecida neste edital, no caso de mora ou inadimplemento de suas obrigações.

IV - Responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, de seguro de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas e referentes aos serviços executados por seus empregados, uma vez que os mesmos não têm nenhum vínculo empregatício com a UFVJM.

V - Cumprir todas as obrigações relativas ao seu ramo de atividade, tais como: legislação trabalhista e tributos de qualquer natureza, licença de repartições públicas e outras atuais e futuras que venham a incidir sobre o empreendimento.



VI - Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar à UFVJM ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita.

VII - Responder pela manutenção das instalações, inclusive efetuando, diariamente, a higienização, limpeza e conservação dos pisos, paredes, mesas, equipamentos de todas as dependências, sob sua responsabilidade.

VIII - Apresentar, quando da assinatura do contrato, relação nominal, com respectiva identificação e qualificação dos empregados que serão utilizados na execução dos serviços. Qualquer eventual substituição, exclusão ou inclusão deverá ser notificada ao setor competente da UFVJM.

IX - Manter quadro de funcionários, com número compatível, às atividades prestadas, e manter o efetivo em caso de férias ou licenças.

X - Manter, por sua exclusiva conta, os funcionários em serviço, devidamente limpos e asseados, quer no aspecto pessoal, quer no vestuário ou calçado, substituindo-se imediatamente aquele que descumprir esta exigência. Todos os empregados deverão portar cartão de identificação, do qual deverá constar seu nome e função.

XI - Utilizar para a execução dos serviços profissionais devidamente qualificados e treinados.

XII - Garantir adequadas condições de saúde para todos os funcionários que estiverem prestando serviços à UFVJM, através de exames de saúde periódicos a cada 06 meses.

XIII - Garantir a segurança física da mão-de-obra, através do fornecimento dos equipamentos de segurança individuais imprescindíveis.

XIV - Fornecer pelo menos 02 (dois) uniformes completos a cada um de seus empregados: calça, camisa e jaqueta, e/ou outros adequados às atividades.

XV - Corrigir todas as imperfeições verificadas pela UFVJM, na execução das atividades no prazo por esta determinadas.

XVI - Reparar ou indenizar todas e quaisquer avarias ou danos causados aos bens da UFVJM pelo pessoal encarregado da execução dos serviços.

XVII - Todos os equipamentos devem ser submetidos a manutenção preventiva, a ser realizada por empresa especializada, a cada 06 meses.

XVIII - Responsabilizar-se por todos os tributos que incidirem sobre sua atividade econômica.

XIX - Arcar com as despesas de energia elétrica através de ressarcimento à UFVJM do total de consumo registrado em contador individual.

XX - Instalar um medidor de consumo de energia no local, para medição do que for consumido de energia elétrica.

XXI - Será de responsabilidade da contratada a manutenção, conservação e reparos da rede hidráulica elétrica no ambiente objeto da concessão.

XXII - Recebida da UFVJM a Notificação de Consumo de Energia Elétrica, a contratada deverá promover o devido ressarcimento das despesas até o décimo dia útil do mês de competência, através de Guia de Recolhimento da União – GRU, no valor indicado na Notificação de Consumo de Energia Elétrica.

XXIII - Devolver o bem sob concessão, nas mesmas condições em que foi concedido, quando do encerramento do contrato, conforme Termo de Vistoria previamente assinado pelas partes.

XXIV - Praticar preços de vendas compatíveis com preços de mercado.

XXV - Não interromper, por qualquer motivo, a prestação dos serviços, salvo se previamente justificado e autorizados pela Administração.

Subcláusula primeira. É vedada a subcontratação, a associação da Contratada com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial do contrato, bem como a fusão, cisão ou incorporação da

Contratada, não se responsabilizando a UFVJM por nenhum compromisso assumido pela aquela junto a terceiros. A **UFVJM** não aceitará, sob pretexto algum, a transferência de responsabilidade da **CONTRATADA** para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos ou quaisquer outros.

Subcláusula segunda. Cabe à **CONTRATADA**, em decorrência do objeto deste Contrato:

I - responder pelas despesas e obrigações decorrentes dos contratos de trabalho celebrados com seus empregados, não onerando a **UFVJM** com:

- a) salários, vales-refeição, vales-transporte e indenizações;
- b) providências e obrigações relativas a acidentes de trabalho, mesmo quando ocorrerem nas instalações da **UFVJM**;
- c) taxas, impostos, contribuições previdenciárias e sociais;
- d) quaisquer outras, que porventura, existam ou venham a ser criadas e exigidas pela Administração Pública;

II - responder pelas demais despesas e obrigações relativas à natureza de sua atividade empresarial.

Subcláusula terceira. A inadimplência da **CONTRATADA**, com referência aos encargos estabelecidos na Subcláusula segunda, não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato.

#### CLÁUSULA ONZE - DAS OBRIGAÇÕES DA **UFVJM**

O **UFVJM**, durante a vigência deste contrato, compromete-se a:

I - proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais, inclusive, permitir o livre acesso de representantes, prepostos ou empregados da **CONTRATADA** às dependências da **UFVJM**.

II - fornecer atestados de capacidade técnica quando solicitado, desde que atendidas as obrigações contratuais.

Subcláusula única. Após a assinatura do contrato, a **UFVJM** designará, formalmente, servidor para exercer acompanhamento e fiscalização da execução contratual, nos termos da cláusula nona.

#### CLÁUSULA DOZE - DAS PENALIDADES SOBRE A **CONTRATADA**.

A inexecução total ou parcial do Contrato e a recusa injustificada em assinar o Contrato, sujeitará o contratado às seguintes sanções:

- Advertência;
- Multa administrativa equivalente a 10% (dez por cento) do valor do Contrato;
- Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração, por prazo não superior a 02(dois) anos;
- Declaração de idoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;

Subcláusula primeira. A aplicação de qualquer das sanções previstas seguirá o procedimento de acordo com os artigos 86 a 88 da Lei 8.666/93;

Subcláusula segunda. As multas só poderão ser relevadas nos casos de força maior ou de caso fortuito, devidamente comprovado, mediante decisão fundamentada, com justificativas feitas por escrito pela Contratada.

Subcláusula terceira. As multas devidas, por descumprimento total ou parcial do contrato, estão limitadas ao valor total do contrato.

Subcláusula quarta. A mora da Contratada, quanto às suas obrigações contratuais, implicará na aplicação de multa administrativa correspondente a 1% (um por cento) ao dia, calculada sobre o valor total de contrato.

Subcláusula quinta. Por descumprimento do prazo para a correção das imperfeições a Contratada ficará sujeita a multa de 1% (um por cento) calculada sobre o valor do contrato.

Subcláusula sexta. O atraso, na prestação do serviço ou por descumprimento do prazo para correção das imperfeições, por período superior a 20 (vinte) dias, caracterizará o descumprimento total da obrigação, punível com a sanção prevista na cláusula dezesseis do edital.

Subcláusula sétima. O recolhimento das multas aplicadas deverá ser acrescida aos pagamentos devidos a UFVJM, podendo igualmente ser cobrada diretamente da empresa, amigável ou judicialmente, e ser aplicada cumulativamente com as demais sanções previstas neste tópico.

Subcláusula oitava. Serão considerados injustificados os atrasos no adimplemento das obrigações não comunicados tempestivamente, ou insuficientemente fundamentados, ficando sua aceitação a critério da UFVJM.

Subcláusula nona. Os prazos de adimplemento das obrigações contratadas admitem prorrogação nos casos e condições especificados no § 1º do art. 57 da Lei 8.666/93, devendo a solicitação dilatória, sempre por escrito, fundamentada e instruída com os documentos necessários à comprovação das alegações, ser recebida contemporaneamente ao fato que ensejá-la, sendo considerados injustificados os atrasos não precedidos da competente prorrogação.

Subcláusula décima. A aplicação das penalidades será precedida da concessão da oportunidade de ampla defesa por parte do adjudicatário, na forma da lei.

Subcláusula décima primeira. Sempre que não houver prejuízo para a UFVJM, as penalidades impostas poderão ser relevadas ou transformadas em outras de menor sanção, a critério exclusivo de sua Administração.

Subcláusula décima segunda. As multas previstas nesta cláusula não têm caráter compensatório e o seu pagamento não eximirá a contratada da responsabilidade por perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

## CLÁUSULA TREZE - DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO DA **CONTRATADA**

A **CONTRATADA** declara, no ato de celebração do presente contrato, estar plenamente habilitada à assunção dos encargos contratuais e assume o compromisso de manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

Subcláusula primeira. Constatada a situação de irregularidade junto ao SICAF, a contratada será advertida, por escrito, para que no prazo de 10 (dez) dias úteis, regularize sua situação, ou no mesmo prazo apresente sua defesa, sob pena de rescisão do contrato.

Subcláusula segunda. O prazo descrito na subcláusula primeira poderá ser prorrogado a critério da administração.

Subcláusula terceira. Caso a contratada, não regularize sua situação junto ao SICAF, ou apresente defesa, no prazo descrito na subcláusula primeira será providenciada a abertura de processo administrativo visando a aplicação das penalidades cabíveis.

#### CLÁUSULA QUATORZE - DAS ALTERAÇÕES DO CONTRATO

Compete a ambas as partes, de comum acordo, salvo nas situações tratadas neste instrumento, na Lei n.º 8.666/93 e em outras disposições legais pertinentes, realizar, via termo aditivo, as alterações contratuais que julgarem convenientes.

#### CLÁUSULA QUINZE - DA PUBLICAÇÃO

A publicação resumida do presente contrato na Imprensa Oficial, que é condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pela **UFVJM**, nos termos do parágrafo único do artigo 61 da Lei n.º 8.666/93.

#### CLÁUSULA DEZESSEIS - DA RESCISÃO

Constituem motivos incondicionais para rescisão do contrato as situações previstas nos artigos 77 e 78, na forma do artigo 79, inclusive com as conseqüências do artigo 80 da Lei n.º 8.666/93.

#### CLÁUSULA DEZESSETE - DA UTILIZAÇÃO DO NOME DA **UFVJM**

A **CONTRATADA** não poderá, salvo em curriculum vitae, utilizar o nome da **UFVJM** ou sua qualidade de **CONTRATADA** em quaisquer atividades de divulgação profissional como, por exemplo, em cartões de visita, anúncios diversos, impressos etc., sob pena de imediata rescisão do presente contrato.

Subcláusula única. A **CONTRATADA** não poderá, também, pronunciar-se em nome da **UFVJM** à imprensa em geral sobre quaisquer assuntos relativos às atividades deste, bem como a sua atividade profissional, sob pena de imediata rescisão contratual e sem prejuízo das demais cominações cabíveis.

#### CLÁUSULA DEZOITO - DOS CASOS FORTUITOS, DE FORÇA MAIOR OU OMISSOS

Tal como prescrito na lei, a **UFVJM** e a **CONTRATADA** não serão responsabilizados por fatos comprovadamente decorrentes de casos fortuitos ou de força maior, ocorrências eventuais cuja solução se buscará mediante acordo interpartes.

#### CLÁUSULA DEZENOVE - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

A Administração da **UFVJM** analisará, julgará e decidirá, em cada caso, as questões alusivas a incidentes que se fundamentem em motivos de caso fortuito ou de força maior.

Subcláusula primeira. Para os casos previstos no caput desta cláusula, a **UFVJM** poderá atribuir a uma comissão, por este designada, a responsabilidade de apurar os atos e fatos comissivos ou omissivos que se fundamentem naqueles motivos.

Subcláusula segunda. Os agentes públicos responderão, na forma da lei, por prejuízos que, em decorrência de ação ou omissão dolosa ou culposa, causarem à Administração no exercício de atividades específicas do cumprimento deste contrato, inclusive nas análises ou autorizações excepcionais constantes nestas "Disposições Finais".

Subcláusula terceira. As exceções aqui referenciadas serão sempre tratadas com máxima cautela, zelo profissional, senso de responsabilidade e ponderação, para que ato de mera e excepcional concessão da **UFVJM**, cujo objetivo final é o de atender tão-somente ao interesse público, não seja interpretado como regra contratual.

Subcláusula quarta. Para assegurar rápida solução às questões geradas em face da perfeita execução do presente contrato, fica desde já compelida a **CONTRATADA** a avisar, por escrito e de imediato, qualquer alteração em seu endereço ou telefone.

Subcláusula quinta. Quaisquer tolerâncias entre as partes não importarão em novação de qualquer uma das cláusulas ou condições estatuídas neste contrato, as quais permanecerão íntegras.

#### CLÁUSULA VINTE - DO FORO

Fica eleito o foro da Justiça Federal – Seção Judiciária de Minas Gerais na cidade de Sete Lagoas - MG, como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente contrato, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem ajustadas e acordadas, as partes assinam o presente termo em três vias de igual teor e forma para um só efeito legal.

Diamantina, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2013.

UFVJM

CONTRATADA

TESTEMUNHAS

## **DOCUMENTOS A SEREM APRESENTADOS QUANDO DA ASSINATURA DO CONTRATO**

1. Termo de Vistoria, assinado pelas partes, que demonstre todas as características do bem visando quando do encerramento do contrato devolver o bem sob concessão, nas mesmas condições em que foi concedido.
2. Indicação do preposto que será o responsável pelo contato com a UFVJM.
3. No prazo de 05 (cinco) dias úteis, após a assinatura do contrato, apresentar garantia contratual conforme previsto no artigo 56, § 1º da Lei 8.666/93, por uma das modalidades de garantia previstas.

## ANEXO V

### DECLARAÇÃO

#### CONCORRÊNCIA UFVJM 011/2013 À COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO/UFVJM

(Empresa \_\_\_\_\_, CNPJ nº \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_ sediada à \_\_\_\_\_ (endereço  
completo) \_\_\_\_\_, através de seu  
representante legal, declara para os devidos fins que:

- a) em obediência ao artigo 32, parágrafo 2º da Lei 8.666/93, até a presente data, inexistem fatos supervenientes quanto a documentação apresentada para habilitação e impeditivos para sua habilitação na presente licitação, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- b) em cumprimento ao inciso V do artigo 27 da Lei nº 8.666/93, não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem emprega menor de 16 anos.

**Ressalva: emprega menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz ( ).**

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima).

- c) em obediência ao art. 30 inciso III da Lei 8666/93 e do item 3.2.1 do Edital, recebeu os documentos e tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, inclusive de que visitou o local, em caráter de inspeção, e de que verificou o estado em que se encontra, bem como das suas áreas externas, aceitando assumir a administração dos serviços de comércio de artigos de papelaria para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ 2013.

Nome e Assinatura do Responsável Legal

**ANEXO VI**  
**DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA**

CONCORRÊNCIA 011/2013

(Identificação completa do representante da licitante), como representante devidamente constituído de (Identificação completa da licitante e número do CNPJ) doravante denominado Licitante, para fins do disposto no item 2.1.1 do Edital da Concorrência 011/2013, declara, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

(a) a proposta apresentada para participar da Concorrência 011/2013 foi elaborada de maneira independente pelo Licitante, e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato da Concorrência 011/2013, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

(b) a intenção de apresentar a proposta elaborada para participar da Concorrência 011/2013 não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato da Concorrência 011/2013, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

(c) que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato da Concorrência 011/2013 quanto a participar ou não da referida licitação;

(d) que o conteúdo da proposta apresentada para participar da Concorrência 011/2013 não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato da Concorrência 011/2013 antes da adjudicação do objeto da referida licitação;

(e) que o conteúdo da proposta apresentada para participar da Concorrência 011/2013 não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante da UFVJM antes da abertura oficial das propostas; e

(f) que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

\_\_\_\_\_, em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
(representante legal do licitante, no âmbito da licitação, com identificação completa)



## ANEXO VII

### DECLARAÇÃO

Ref: (identificação da licitação)

....., inscrita no CNPJ nº ....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade nº ..... e do CPF nº ....., DECLARA que é ..... (microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa) e que deseja se beneficiar do tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar 123/06 e no art. 34 da Lei 11.488/07, conforme o caso, concordando que seja aberto envelope de proposta, mesmo que esteja com sua situação fiscal irregular, comprometendo-se no prazo de 02 (dois) dias regularizá-la, contados da publicação, caso seja vencedora do certame.

\_\_\_\_\_, em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
(representante legal do licitante, no âmbito da licitação, com identificação completa)

- I- A licitante microempresa ou empresa de pequeno porte que se enquadrar e, qualquer das vedações do art. 3º, parágrafo 4º, da Lei Complementar nº 123/2006, não poderá usufruir do tratamento diferenciado previsto em tal diploma e, portanto, não deverá apresentar a respectiva declaração.
- II- As licitantes acima identificadas que não apresentarem a referida declaração não usufruirão do tratamento diferenciado estabelecido na Lei Complementar 123/2006.